

EMPREITEIRAS E IMPEACHMENT: os agentes privados na cobertura midiática de escândalos de corrupção¹

Engineering companies and impeachment: private agents in the media coverage of corruption scandals

Aline Lima Brandão²

Resumo: O presente artigo tem uma proposta exploratória. O objetivo é identificar se e como as empreiteiras, pivôs de grandes escândalos de corrupção da vida política nacional, são associadas pela imprensa aos processos de impeachment ocorridos no Brasil em 1992 e 2016. São analisados os resultados da busca por palavras-chaves relacionadas às empresas Andrade Gutierrez e Odebrecht nos jornais O Globo e O Estado de S.Paulo.

Palavras-Chave: Impeachment. Empreiteiras. Corrupção.

Abstract: This article has an exploratory proposal. The objective is to identify if and how the biggest Brazilian engineering companies are associated by the press to the the processes of impeachment occurred in Brazil in 1992 and 2016. For this, we search keywords related to these themes in the newspapers O Globo and O Estado de S.Paulo. Two companies are analyzed Andrade Gutierrez and Odebrecht.

Keywords: Impeachment. Engineering companies. Corruption.

1. Apresentação

Em 9 de junho de 2016, a Andrade Gutierrez publicou no seu site na parte destinada à imprensa o texto: “Pedido de desculpas e manifesto por um Brasil melhor”³. A ação estava prevista no acordo de leniência assinado com o Ministério Público Federal juntamente com o pagamento de indenização de R\$ 1 bilhão. A declaração, laudatória aos esforços das instituições envolvidas na operação Lava

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 6 (Jornalismo Político) do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Professora do IBMEC-RJ, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ) e mestre em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV). E-mail: brandao.aline@globo.com

³ Disponível em <http://www.andradegutierrez.com/Imprensa.aspx#649>, acesso em 20 de janeiro de 2017.

Jato, informa as medidas adotadas pela empresa e propõe melhorias “capazes de criar uma nova relação entre o poder público e as empresas nacionais, com atuação em obras de infraestrutura”. Outras empresas estão em busca deste caminho jurídico, como a Odebrecht.

Em 16 de novembro de 2016, a Odebrecht S.A. anunciou, por meio da distribuição de um *press release*, a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção, uma iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Em dezembro do mesmo ano, a empresa divulgou a aprovação da Política sobre Conformidade com o propósito de “orientar o comportamento e as relações internas e externas dos integrantes, independentemente do nível hierárquico”. Tal política é apontada na narrativa empresarial como um aprofundamento das ações firmadas no “Compromisso com o Brasil”, documento divulgado em 22 de março de 2016, no qual a Odebrecht afirma ter decidido por uma, nas palavras da empresa, “colaboração definitiva com as investigações da Operação Lava Jato”. Ou seja, finalmente e após um longo período de negações, a empresa aderiu às delações premiadas.

Os trechos dos documentos citados acima foram extraídos do site das companhias na parte destinada à imprensa. São narrativas produzidas com o objetivo de atingir inicialmente jornalistas e fazem parte da estratégia de gerenciamento da crise de imagem das referidas empresas perante a sociedade. Visam recuperar a reputação junto ao mercado financeiro e demais parceiros. Em uma rápida busca online é possível observar como tais notícias foram reproduzidas em diversos veículos de comunicação.

Andrade Gutierrez e Odebrecht integram o grupo conhecido como “quatro irmãs” que conta ainda com a OAS e a Camargo Corrêa. Em comum, são companhias baseadas em negócios familiares, grande proximidade com governos, extenso financiamento de campanhas eleitorais e, originárias do setor de construção civil, diversificaram seus negócios ao longo das últimas décadas. As suspeitas ou o conhecimento público propriamente dito de práticas ilícitas não impediram o crescimento de mercado e consolidação dessas empresas na elite empresarial brasileira. De acordo com a edição de 2016 do ranking das 500 maiores

empreiteiras, veiculada pela revista O Empreiteiro⁴, a Andrade Gutierrez ocupa a primeira posição na lista. A Odebrecht não deu as informações necessárias para participar do levantamento, mas na edição anterior ocupou a primeira posição que leva em consideração o faturamento de cada companhia.

Apesar de ambas empresas divulgarem compromissos públicos para combater a corrupção, a operação Lava Jato não é o primeiro episódio no qual essas empresas são envolvidas em escândalos deste tipo. Ambas companhias têm um histórico de longa data com o tema. Levantamento preliminar (Brandão: 2016) registra que, dentre as quatro irmãs, Andrade Gutierrez e Odebrecht, respectivamente, são as empresas com menos e mais associações ao termo corrupção em buscas realizadas nos sites dos jornais O Globo e O Estado de S.Paulo no período de 1995 a 2016. Os dados apontados também detalham picos nas associações dessas empresas com o termo corrupção nas décadas 1990 e 2010. Foi nestas décadas que o Brasil passou por dois impeachments. Percebe-se um volume maior de ocorrências nos anos imediatamente anteriores ou posteriores à crise institucional. A proposta deste presente artigo é justamente explorar esses dados, compreendendo se e de que forma se articula na narrativa jornalística a presença dessas empresas nos momentos de ruptura de governo.

1. Construção civil, mídia e política: os meandros do poder

Em Notícias do Planalto (1999), o jornalista Mario Sergio Conti traçou a relação da imprensa na ascensão e queda de Fernando Collor e seus aliados. O livro detalha como agiram, naquela época, os jornalistas e as grandes redações do país, mostrando como se estabelecem os laços com o poder político. A presença de empreiteiras, em especial da Andrade Gutierrez, é marcante em vários trechos da obra. Na conclusão, ao descrever uma de suas últimas entrevistas com PC Farias, pivô do escândalo que levou ao impeachment, Conti recupera a célebre frase do

⁴ http://www.oempreiteiro.com.br/Conteudo/Arquivos/Pdf/ranking_2016_2.pdf, acesso em 20 de janeiro de 2017.

jornalista Samuel Wainer, fundador do jornal *Última Hora* (1951-1971), sobre a relação da imprensa com as empreiteiras.

Farias gargalhou quando pedi que comentasse uma frase de Samuel Wainer, criador da *Última Hora*, no livro de memórias que escreveu: “Não é possível escrever a história da imprensa brasileira sem dedicar um vasto capítulo aos empreiteiros. Farias disse: “Não dá para escrever a história da política brasileira sem que as grandes empreiteiras apareçam em cada página, e sem dedicar um monte de capítulos aos banqueiros”. (CONTI, 1999, p. 678)

A afirmação de Paulo Cesar Farias a Conti se confirma nas pesquisas acadêmicas. O grande poder econômico e político das empresas de engenharia e construção no Brasil foi o tema de estudo do historiador Pedro Campos (2015). O autor aponta a ascensão dessas companhias ao longo do século XX, destacando como pontos altos da expansão três grandes marcos: o período Kubitschek (1956-1961), a ditadura civil-militar (1964-1988) e as políticas neoliberais adotadas a partir de 1990. As políticas de privatizações e concessões implementadas permitiram ainda que empresas do setor capitaneassem, desde então, a gestão de serviços públicos.

Campos (2015) traz importantes elementos à discussão no que diz respeito à mídia ao detalhar como interesses empresariais do setor de construção civil condicionavam reportagens, notícias e editoriais, servindo à estratégia das companhias de usar a imprensa para atingir determinados fins. Ao recuperar o depoimento do jornalista Jorge Ferreira, reproduzido abaixo, o autor mostra como a promoção política de alguns administradores públicos passava por matérias pagas pelos empreiteiros aos veículos de comunicação. De acordo com o depoimento, os veículos da imprensa cobravam 20% do valor de cada obra para divulgação das benfeitorias. Os empreiteiros, nos bastidores e diretamente interessados na realização das obras, pagavam a conta e garantiam a visibilidade aos políticos “parceiros”:

Eu bebia com o Jânio desde que ele era vereador, era amigo dele, até onde o Jânio pode ser amigo de alguém. Aí, veio o Jânio prefeito, o Jânio governador. A gente precisava mostrar que o Jânio sabia gerenciar. Só que custava 20%. Quem dava o dinheiro eram os empreiteiros. Alguém do governo chegava na Camargo Corrêa e dizia: ‘arranja aí dez mil-réis para sair uma reportagem em O Cruzeiro’. (Campos, 2015, pg. 239)

De acordo com o jornalista citado por Campos, a estratégia também foi usada para divulgar as obras das administrações de Eliseu Resende, Mário Andreazza, Adhemar de Barros, Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro. Os empresários da construção civil, por sua vez, também buscavam influir na imprensa para pressionar por obras ou pagamentos de débitos de governo. O autor registra o aumento da influência dos empreiteiros na linha de importantes jornais a partir das obras do governo Kubitschek, retomando como fonte historiográfica o relato preciso do jornalista Samuel Wainer em sua biografia:

Nos anos 50, os barões do café foram substituídos pelos grandes empreiteiros. Especialmente nos anos JK, quando começou a era das obras portentosas, os empresários do ramo compreenderam que valia a pena contar com jornais amigos; com a cumplicidade da imprensa, seria sempre mais fácil conseguir obras sem o ritual das concorrências públicas. Seria mais fácil também receber do governo – um mal [sic] pagador crônico – o dinheiro a que tinham direito pelas obras executadas. Feitas tais constatações, logo se forjaram sociedades semiclandestinas bastante rentáveis.

Assis Chateaubriand, por exemplo, costumava procurar pessoalmente ministros de Estado, ou mesmo o presidente da República, para solicitar que um trecho de uma determinada obra – uma rodovia ou hidrelétrica – fosse entregue a esta ou àquela construtora. Ficava claro que, se o pleito não fosse atendido, a ira do jornal desabaria sobre o autor da recusa. Era melhor, portanto, atender o pedido. Feito o acerto, as empreiteiras premiadas presenteavam o emissário com 10% do total da quantia orçada para a obra. (...) De quebra, os meios de comunicação faziam vista grossa para a irresponsabilidade das empreiteiras, que utilizavam material de segunda ordem, fraudavam cálculos e montavam orçamentos fictícios. (APUD Campos, 2015, pg. 241)

Campos aponta os empresários do setor de comunicação como mediadores da relação estabelecida entre empreiteiros e altos funcionários do aparato estatal. A argumentação conclui que o uso da imprensa de maneira pontual e instrumental pelos empresários do setor de construção civil evoluiu, em especial no período da ditadura, para formas mais sofisticadas de atuação. A ditadura militar foi responsável pelo reposicionamento político dos empresários de construção garantindo que o segmento estabelecesse formas mais poderosas de influência política (Campos, 2015, pg. 248).

Dentre essas formas mais sofisticadas de atuação das empreiteiras, em uma comunicação apresentada durante um seminário de pesquisa, Campos (2015) traz outro exemplo ilustrativo para detalhar a influência dessas empresas nos rumos

políticos do país. O autor recupera a primeira entrevista de Emílio Odebrecht⁵ à imprensa, concedida ao Jornal do Brasil, em 24 de maio de 1992. O executivo que na época comandava a empresa tentava explicar a atuação da empresa diante das acusações de contribuir com o esquema de corrupção de Paulo César Farias durante o governo Collor. Questionado se já havia subornado alguém, respondeu:

Emílio Odebrecht – Essa é a pergunta que... primeiro vamos analisar o que é subornar...(...) Então, o que é hoje a corrupção nesse país? Eu acho que a sociedade toda é corrompida e ela corrompe. Hoje para o sujeito resolver alguma coisa, para sair de uma fila do INPS, encontra os seus artifícios de amizade, de um presente ou de um favor. Isso é considerado um processo de suborno. O suborno não é um problema de valor, é a relação estabelecida. (APUD Campos, 2015, pg.28)

Nessa mesma entrevista, Emílio Odebrecht justifica as ações do grupo empresarial alegando que “era a forma como as coisas funcionavam”, assumindo como agia para que um determinado “processo [não] durma na mesa”. As coisas continuaram funcionando da mesma forma nos anos subsequentes, como indicou o mesmo Emílio Odebrecht durante no depoimento de delação premiada. Ele afirmou: “o que nós temos no Brasil não é um negócio de cinco anos, dez anos. Nós estamos falando de 30 anos”. Durante a fala, Emílio Odebrecht, inclusive, se mostra surpreso e, de certa forma, magoado com o que chama de demagogia da imprensa.

Emílio Odebrecht: Isso. Então, tudo o que está acontecendo é um negócio institucionalizado. Era uma coisa normal. Em função de todos esses números de partidos onde o que eles brigavam... Era por quê? Por cargos? Não. Todo mundo sabia que não era. Era por orçamentos gordos. O que eles queriam era orçamentos gordos. Ali, então, os partidos colocavam seus mandatários com a finalidade de arrecadar recursos para o partido e para os políticos. É há 30 anos que se faz isso. (...) o que me surpreende é quando eu vejo todos esses poderes, a imprensa, tudo, realmente, como se isso fosse uma surpresa. Olhe, me incomoda isso. Entendeu? Não exime em nada a nossa responsabilidade. Não exime em nada a nossa benevolência. Não exime em nada que nós, praticamente, passamos a olhar isso como normalidade porque 30 anos... é difícil as coisas não passarem a ser normais. Agora, os mais velhos, chefe, os da minha geração, me perdoem, eu não aceito essa omissão. Não aceito. E de nenhuma área. É importante que haja a compreensão disso. Isso é uma realidade. E a própria imprensa. Vamos botar em panos claros, quer dizer, essa imprensa sabia disso tudo e fica agora com essa demagogia. Me perdoe. Eu realmente acho que todos deveriam fazer uma lavagem de roupa nas suas casas.

⁵ Foi sucedido na direção da empresa pelo filho Marcelo Odebrecht em 2008. Voltou a ter participação mais direta na gestão da companhia quando o sucessor foi preso, em 2015, como um dos desdobramentos da operação Lava Jato.

Embora o jornal Folha de S.Paulo não seja objeto da análise quantitativa, o obituário do fundador da empresa Noberto Odebrecht, publicado no periódico em 19 de julho de 2014⁶, é ilustrativo ao rememorar esses dois episódios que marcaram a reputação da empreiteira na década de 1990. O jornal relembra que a Odebrecht teria contribuído para o esquema do tesoureiro PC Farias e foi acusada de manipular concorrências e a gestão do orçamento. Na época, o então senador e relator da CPI, José Paulo Bisol, chegou a afirmar que a Odebrecht dirigia um cartel de corrupção das empreiteiras e que era um Estado paralelo e secreto⁷. A companhia reagiu classificando as acusações como levianas. Outra declaração célebre do falecido foi a resposta à pergunta se algum funcionário tinha cometido irregularidades. À qual, ele respondeu: *“Se cometeu, é porque foi forçado por aquele que ele tem satisfazer [o cliente], quase sempre o governo”*.

A frase acima ilustra o agente privado como uma espécie de vítima do modelo existente. O discurso segue sendo adotado como uma estratégia de defesa da companhia para refazer a sua reputação. Em depoimento recente à Justiça Eleitoral, no depoimento para cassação da chapa Dilma-Temer, Marcelo Odebrecht teria afirmado: *“Eu não era o dono do governo, eu era o otário do governo. Eu era o bobo da corte do governo”*⁸. As práticas e as estratégias empresariais da Odebrecht caminharam, de um modo geral, *pari passu* ao Estado, sobretudo se considerarmos os escândalos mais recentes que envolvem a empresa na operação Lava Jato. Quando Marcelo Odebrecht foi preso em junho de 2015, seu pai, Emílio, teria ameaçado *“É para resolver essa lambança. Ou não haverá República na segunda-feira”*. Outra frase atribuída a ele antes da prisão propriamente dita de seu filho foi: *“Se prenderem o Marcelo, terão de arrumar mais três celas (...) Uma para mim, outra para o Lula e outra ainda para a Dilma”*. Teve República nas segundas-feiras subsequentes, mesmo com a continuidade da prisão de Marcelo Odebrecht. A

⁶Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1488680-norberto-odebrecht-aproveitou-as-privatizacoes-e-encarou-escandalos.shtml>, acesso em 17 de novembro de 2016.

⁷*“Não é um poder paralelo. É superior. O Estado brasileiro é instrumento nas mãos dele”*. Aspas de Bisol, de acordo com os jornais da época. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/27/brasil/38.html>, acesso em 17 de novembro de 2016.

⁸Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eu-era-o-bobo-da-corte-do-governo-disse-marcelo-odebrecht-em-depoimento,70001683598>, acesso em 27 de abril de 2017.

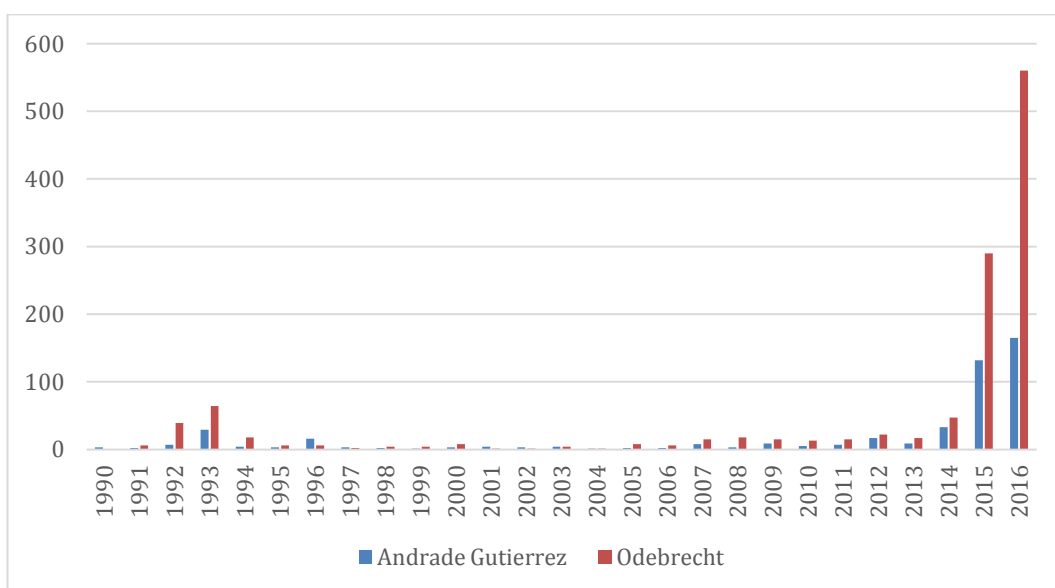
delação premiada dele e outros executivos do grupo, homologada pelo Supremo Tribunal Federal, no início de 2017, ficou conhecida “delação do fim mundo”.

2. Procedimentos metodológicos: coleta de dados

Conforme mencionado anteriormente, em levantamento exploratório nos sites dos acervos digitalizados dos jornais O Globo e Estado de S. Paulo utilizando como palavras-chave o nome das quatro principais empreiteiras mais o termo corrupção nas décadas de 1950 a 2010, identificou-se que Andrade Gutierrez e Odebrecht, respectivamente, são com menos e mais associações ao termo corrupção. Os picos de referências estão nas décadas de 1990 e 2010. Considerando os resultados obtidos, partiu-se para um novo refinamento dos dados para entender melhor a distribuição em tais períodos. Os dois jornais foram escolhidos porque seus acervos estão disponíveis para acesso mediante assinatura dos veículos.

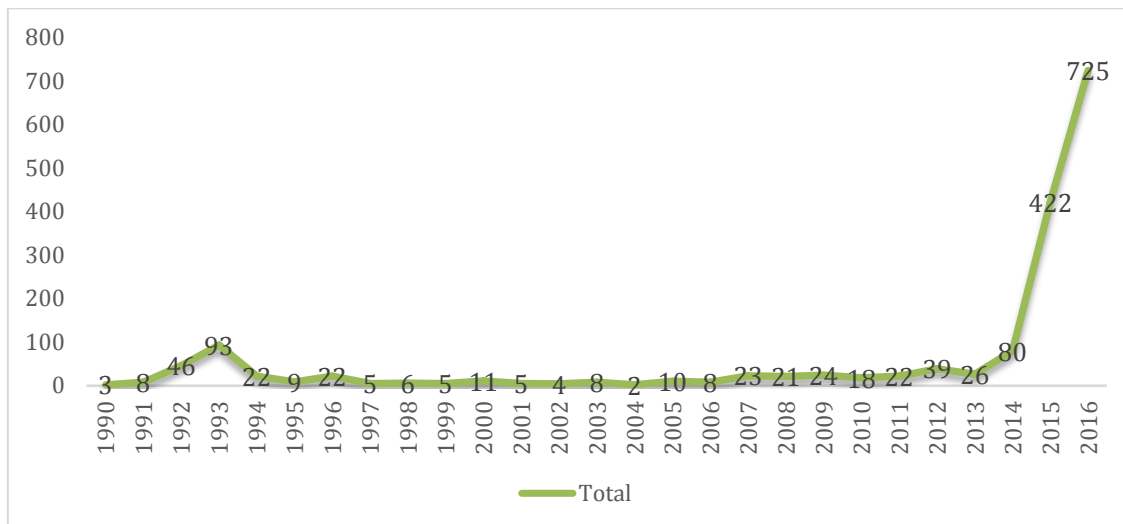
Os gráficos abaixo indicam que tanto a busca por “Andrade Gutierrez” + “Corrupção” e “Odebrecht” + “Corrupção” concentram resultados nos anos próximos ao processo de impeachment. Tanto no período anterior quanto posterior ao afastamento presidencial.

Gráfico 1: Busca por nome da empresa + corrupção (1990-2016)



Fonte: a autora

Gráfico 2: Total das buscas somadas (1990-2016)



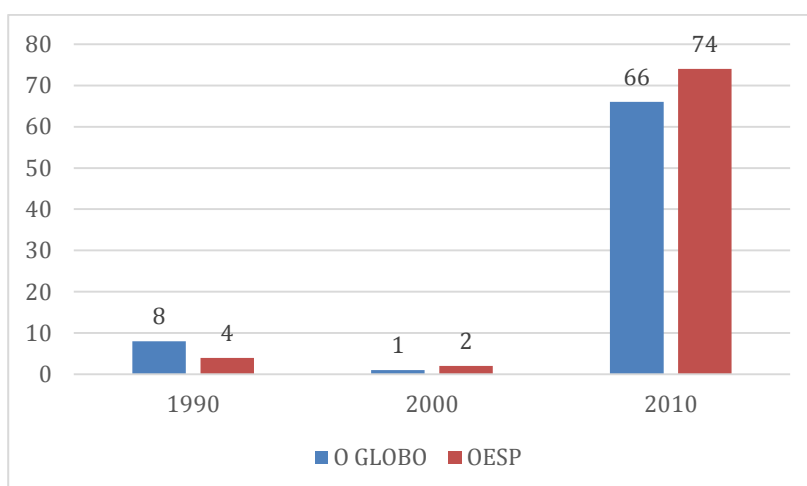
Fonte: a autora

Em relação ao primeiro impeachment presidencial, ocorrido em 1992, observa-se que a associação das empresas com o termo corrupção se inicia no ano do afastamento, mas tem seu pico em 1993 quando o Brasil acompanhou o escândalo que ficou conhecido como “Anões do Orçamento”, pouco tempo depois de o Congresso ter apurado a CPI do Esquema PC Farias. A CPI do Orçamento apurou denúncias contra parlamentares que por meio da Comissão de Orçamento faziam emendas para direcionar verbas a entidades fantasmas ou laranjas e incluir obras destinadas a grandes empreiteiras. Em relação ao impeachment de 2016, observa-se uma quantidade ainda maior de matérias envolvendo tais empresas com o termo corrupção. É preciso aguardar o ano de 2017 para avaliar como tais dados irão se comportar. Provavelmente os resultados seguirão em uma escalada ascendente de crescimento a partir da homologação de novas delações premiadas junto ao Supremo Tribunal Federal e continuidade das operações Lava Jato.

Ainda que o impeachment seja um processo político-jurídico, o objetivo deste paper é identificar o quanto e como as empreiteiras são associadas enquanto agentes em uma ação deste tipo. Os dados indicam apenas a concentração de matérias relacionando tais empresas com o termo corrupção em períodos próximos ao Brasil ter enfrentado processos de impeachment. No entanto, não é possível inferir se a imprensa, efetivamente, articulou os atos ilícitos de tais companhias ao

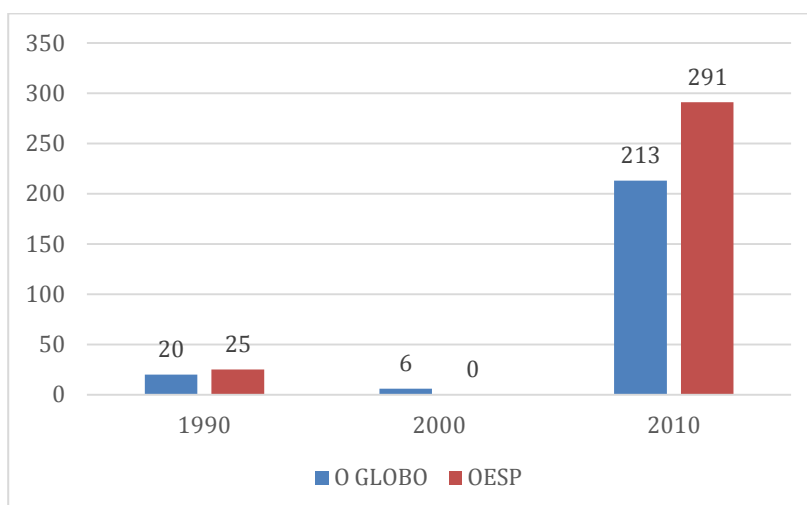
afastamento presidencial. Por conta disso, como uma segunda etapa de investigação, realizou-se uma nova busca por palavras-chaves. Agora com os termos “Nome da Empresa” + “Corrupção” + “Impeachment”. No caso da Andrade Gutierrez, foram encontrados 155 resultados no período de 1990 a 2016. A busca para Odebrecht indicou 555 ocorrências. Os gráficos indicam a separação pelos jornais e décadas.

Gráfico 3: Total de matérias que associam os termos Andrade Gutierrez + Corrupção + Impeachment (1990-2016)



Fonte: a autora

Gráfico 4: Total de matérias que associam os termos Odebrecht + Corrupção + Impeachment (1990-2016)



Fonte: a autora

São 1.667 ocorrências que, de algum modo, relacionam a Andrade Gutierrez ou a Odebrecht com o termo corrupção e impeachment em uma página dos referidos jornais. Considerando o total que soma a Andrade Gutierrez ou a Odebrecht com o termo corrupção mais a palavra impeachment, chega-se ao número de 710 ocorrências. Percentualmente, isso significa que em 42,59% das páginas nas quais as duas empresas são citadas há uma referência também às palavras impeachment e corrupção. Não necessariamente os resultados estão articulados em uma mesma matéria ou artigo, mas sempre estão na mesma página dos referidos jornais.

Umas das dúvidas que surgem a partir dos gráficos acima é como explicar a grande diferença na quantidade de matérias entre 1990 e 2010. Este trabalho sustenta-se na hipótese sugerida por Aldé e Vasconcellos (2008) quando analisaram o escândalo do mensalão. De acordo com os autores, a existência de uma oferta plural de informação política contribuiu para ampliar a visibilidade do escândalo, originando novos espaços na cobertura. Novos veículos, ao mesmo tempo em que demandam mais notícias, dão mais oportunidades para interessados oferecerem informações e versões aos jornalistas e ao público. Cria-se um oportunismo midiático que passa a ser utilizado como principal estratégia política dos agentes públicos ainda que tal uso implique em novas questões para o sistema representativo e para as democracias de massa. Para fins deste paper, atribui-se a esta oferta plural o crescimento da exposição das empreiteiras nos escândalos. A próxima etapa é entender como se manifesta a relação dos agentes privados perante essa diversidade de fontes de informação.

Para avançar um pouco na busca de dados para serem trabalhados qualitativamente neste estudo exploratório, realizou-se uma nova busca adotando como palavras-chaves “Andrade Gutierrez” + “Odebrecht” + “Corrupção” + “Impeachment”. Os resultados são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1: Andrade Gutierrez + Odebrecht + Corrupção + Impeachment

DÉCADA	O GLOBO	OESP
1990	4	2
2000	1	0
2010	34	30

Fonte: a autora

Ao aplicar este novo filtro, a ocorrência de associações entre as palavras-chaves diminui significativamente. A soma de “Andrade Gutierrez”+ “corrupção” + “impeachment” nos jornais totaliza 155 páginas encontradas (Gráfico 3). Para a busca “Odebrecht” + “corrupção” + “impeachment” são 555 resultados (Gráfico 4). No entanto, quando buscamos a articulação das duas empresas com os termos impeachment, além de corrupção, o número cai para 71 páginas encontradas (Tabela 1). A partir desses resultados, observa-se que embora as empresas tenham agido em conjunto na articulação de cartéis para a operacionalização de grandes investimentos em infraestrutura, na narrativa midiática sobre corrupção, que sustentou a argumentação em ambos processos de impeachment, ambas companhias são apresentadas como coadjuvantes.

Neste estudo exploratório, consideramos para a análise qualitativa as 34 ocorrências encontradas no jornal O Globo com o objetivo de identificar como o veículo articulou as palavras-chaves pesquisadas na narrativa jornalística. Reiteramos que as buscas quantitativas consideram como ocorrência a página completa do veículo onde de algum modo foram reproduzidas as palavras-chave pesquisadas. Não necessariamente todas as palavras-chaves estão efetivamente contidas em uma única reportagem/matéria. Portanto, a última etapa de refinamento de dados consistiu em identificar os textos nos quais foram associadas conjuntamente os quatro termos. Os oito resultados encontrados estão listados abaixo com as respectivas datas, editoria, título e jornalista responsável.

Tabela 2: Lista dos conteúdos que relacionam todas as palavras-chaves

DATA	EDITORIA	COLUNISTA / REPÓRTER	TÍTULO/DESCRIÇÃO
28/07/15	Página 2	Panorama político	Coluna de notas
04/03/16	País	Merval Pereira	A gota d'água
27/03/16	Segundo Caderno	Fernando Gabeira	O outono da nossa confusão
08/05/16	O País	Merval Pereira	Mulher honrada
08/05/16	Página 2	Lauro Jardim	Coluna de notas
11/06/16	Página 2	Luiz Antônio Novaes	Coluna de notas
10/07/16	Página 2	N/A / Coluna Frases da Semana	Informa frases de destaque na semana
05/08/16	País	Merval Pereira	Fim inexorável

Fonte: a autora

Chama atenção que todos os resultados foram veiculados em colunas específicas do jornal seja de pequenas notas e/ou frases ou em espaços opinativos, com especial destaque para o colunista Merval Pereira. Também é indicativo que as articulações de todas as palavras-chaves em um mesmo conteúdo só tenham aparecido nos anos de 2015 e 2016. Embora tais empresas tenham sido protagonistas do escândalo dos Anões do Orçamento, ocorrido no ano subsequente ao impeachment de 1992, a imprensa, na ocasião, fez tal associação.

A coluna Panorama Político, de 28 de julho de 2015, articula as palavras-chaves em três notas diferentes. Impeachment está na nota de abertura “Alta Costura”. Diz o texto:

O presidente do PSDB, Aécio Neves e o da Câmara, Eduardo Cunha, têm conversado muito nestes meses. Os líderes Carlos Sampaio e Bruno Araújo, também. Cunha é quem pode colocar para votar o relatório do TCU ou iniciar um processo de impeachment. O PMDB não quer nova eleição agora. Aécio quer. Enquanto isso, na Câmara, os petistas hostilizam e sonham com a derrubada de Cunha da presidência.

No meio da coluna, a nota “Baixar Poeira” informa que, segundo a avaliação da coordenação política do governo, a temperatura da crise política caiu, tendo como fatores o recesso e o foco da Operação Lava-Jato nos executivos Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. A penúltima nota da coluna “Outro lado” traz uma resposta dos movimentos MBL, Revoltados Online e S.O.S Forças Armadas que teriam afirmado que “não são contra as cotas nem tem preconceitos contra nordestinos”, sendo apenas “contra o comunismo e a corrupção”. Nesta coluna, observa-se que as palavras-chaves aparecem em notas que não articulam uma narrativa que interligue os termos. Cada nota pode ser lida isoladamente sem prejuízo do conteúdo da mensagem, O mesmo acontece nas colunas de Lauro Jardim (08/05/6), de Luiz Antônio Novaes (11/06/16) e nas frases de destaque da semana (10/07/16). Os termos aparecem em conteúdos independentes.

Identificamos a narrativa que conjuga todos os termos em um único texto nos espaços opinativos assinados pelos colunistas Merval Pereira e Fernando Gabeira. As palavras-chaves estão presentes em três colunas de Merval Pereira veiculadas

em 2016. O primeiro texto que associa todos os termos é o artigo “A gota d’água”, de 04/03/16. Em pauta, o vazamento da delação premiada do senador Delcídio Amaral. Diz o colunista: “em termos políticos, o depoimento é devastador para o ex-presidente Lula e para a presidente Dilma Rouseff, sem falar no PT, que se confirma uma organização criminosa nos detalhes mais nauseabundos”. As empresas só são citadas e como figurantes. O importante no texto é, principalmente, responsabilizar os políticos do PT, construindo uma linha narrativa entre dois escândalos: o mensalão e a Lava Jato. Afirma o colunista:

(...) Delcídio teria levado ao ministro do STJ o pedido da presidente Dilma para que soltasse os presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez. O ex-presidente Lula entra, no relato do senador Delcídio Amaral, com o papel que sempre lhe coube desde o início do escândalo do mensalão, mas que até agora não havia sido possível provar: o de grande chefe de todo o esquema de corrupção petista.

O jornalista tece acusações ao longo de toda a narrativa, endossando as falas da delação. Na época, ainda era a “suposta delação”, pois não havia confirmação dos envolvidos quanto à veracidade das afirmações. Diz o colunista “criminalmente, será preciso ainda reafirmar com provas o que o senador Delcídio Amaral relata com detalhes dos que conhecem por dentro o funcionamento do governo”. Cerca de dois meses depois, em 08/05/16, Merval Pereira volta a escrever sobre a presidente Dilma Rousseff no artigo “Mulher Honrada” tecendo novas acusações contra ela. O autor abre a coluna com a afirmação:

A honestidade da presidente Dilma é o argumento mais usado contra o impeachment, e tornou-se comum a imagem de uma mulher honesta sendo sacrificada por um bando de políticos corruptos, a começar por Eduardo Cunha. Essa tese equivocada é aparentemente correta, pois o impeachment não é um instrumento para punir apenas quem roubou dinheiro público em benefício próprio, mas uma penalidade administrativa para o dirigente que descumpriu a lei brasileira, no caso de Dilma a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Merval Pereira, no entanto, não sustenta a coluna com a discussão sobre as chamadas “pedaladas”. O autor segue articulando a narrativa da corrupção como embasamento para desacreditar a credibilidade da presidente. Para sua surpresa, a “fama de ‘mulher honrada’ que Dilma continua ostentando, avalizada até pelo principal líder opositor do país, o ex-presidente Fernando Henrique, precisa ser analisada com mais profundidade”, escreve o colunista. A análise com mais profundidade, supostamente realizada por Merval, se baseia no conjunto de

denúncias veiculadas na imprensa contra assessores próximos e ministros do alto escalão do governo. A única acusação direta à Dilma foi a citação da delação de Delcídio Amaral que, nas palavras do colunista, “acusou a presidente de ter tramado a soltura dos donos das empreiteiras, Odebrecht e Andrade Gutierrez, nomeando para isso o ministro Marcelo Navarro no STJ”. As empreiteiras, aliás, seriam “achacadas”, na avaliação do colunista. Diz ele: “ (...) há denúncias de diversas fontes na Lava-Jato de que seus principais assessores, como Giles Azevedo e Edinho Silva, achacavam empreiteiras para financiar as campanhas de 2010 e 2014 com dinheiro desviado da Petrobras”.

Na coluna “Fim inexorável”, de 05/08/16, Merval Pereira aborda o distanciamento da presidente Dilma Rousseff do PT, partido que, segundo o autor, nunca a apoiou e que “nunca a engoliu mesmo quando as coisas da política pareciam favoráveis ao partido e a ela”. Embora já afastada da presidência, o colunista se pauta pela expectativa das denúncias de corrupção envolvendo a presidente. Ele escreve:

A delação premiada dos executivos da Odebrecht, sobretudo a de seu presidente Marcelo, deve, pelo que já vazou, incriminar largamente a presidente afastada, inclusive com financiamento ilegal do trabalho do marqueteiro João Santana para as campanhas presidenciais de 2010 e 2014.

O que se observa na narrativa articulada pelo colunista Merval Pereira é um reforço contínuo para desacreditar a presidente Dilma Rousseff por meio de associações a denúncias de corrupção, em especial, de pessoas próximas a ela. As empresas aparecem como coadjuvantes neste processo. As empreiteiras, na visão do colunista, foram achacadas pelo governo. O colunista Fernando Gabeira, assim como Merval Pereira, defende o impeachment da presidente, negando a tese de golpe. A diferença é que o autor apresenta de uma forma um pouco mais desenvolvida o papel das empreiteiras no sistema democrático.

(...) Houve um tempo, não muito longe, em que a Odebrecht era considerada uma doadora legítima. Conferia até certo prestígio à lista de doações (...). A aliança das empreiteiras com governos no Brasil é antiga. No meu entender, é responsável pela fragilidade de nosso planejamento. São elas que ditam o rumo. Estavam organizadas num cartel chamado Sport Clube Unidos Venceremos. Unidos perderam. E naufragaram junto com o governo do PT que as levou a um nível de sofisticação e deboche sem paralelo na História. Os próprios apelidos com que os diretores da Odebrecht tratavam os políticos agraciados revelam como viam todo o sistema de doações como uma farsa. O discurso público era viabilizar eleições democráticas.

(...) Os que defendem Dilma em nome da democracia omitem o mensalão e o Petrolão, verdadeiros ataques à democracia? O que adiantava estar no Congresso debatendo com deputados previamente comprados pelo governo? De que adianta fazer campanha contra máquinas poderosas, azeitadas pelo dinheiro da corrupção? Este tipo de democracia é uma fraude. Sei porque vivi intensamente todos esses anos, desde a retomada da democratização.

Fernando Gabeira, no trecho indicado acima, além de associar a presidente Dilma e o processo de impeachment à corrupção, tece a linha narrativa entre dois dos maiores escândalos midiáticos da história recente, assim como Merval. Embora fale da vivência política desde a redemocratização não cita, por exemplo, o impeachment de Collor. Nos resultados apresentados, observa-se que pouco se discutiu ou aprofundou as causas da corrupção bem como as relações de tais empresas com a política nacional.

Ainda que se observe mudança e inclusão de novos atores políticos na sustentação do escândalo que originou o impeachment de Fernando Collor para o de Dilma Rousseff, registra-se a manutenção de um mesmo *modus operandi* dos agentes econômicos representados na figura das empreiteiras. No caso mais recente de impeachment, ainda que o pedido tenha se fundamentado nas chamadas “pedaladas fiscais”, o afastamento da presidente foi creditado aos desdobramentos e desgastes causados pela Operação Lava Jato. Desde a década de 1990, as empreiteiras sofisticaram os modos de atuação e os mecanismos de lavagem de dinheiro e propinas em contratos públicos, ainda assim é nos momentos de crise que se revela a atuação de tais empresas nos bastidores da política nacional. Mesmo com esta forte atuação, a imprensa lhe reserva um tratamento periférico no epicentro da crise. Tão importante quanto entender como a imprensa articula a presença desses agentes é refletir como os produtores de notícias compreendem o seu papel nesta formulação de tais narrativas em ambos episódios. Em entrevista ao jornal Zero Hora (02/07/16)⁹, o diretor de Redação de O Globo, Ascânio Seleme, avalia brevemente a cobertura nos dois períodos:

O que você pensa sobre a atuação da imprensa na cobertura da Operação Lava-Jato?

Excepcional. A Lava-Jato é uma mudança de patamar na história do jornalismo

⁹ Disponível em <http://www.anj.org.br/2016/07/05/e-um-momento-riguissimo-para-o-jornalismo-mas-triste-para-o-pais-diz-diretor-de-redacao-de-o-globo/>, acesso em 20 de janeiro de 2017.

brasileiro. O trabalho do juiz Sergio Moro e daquele grupo do Ministério Público é excepcional. Vivi grandes momentos do jornalismo brasileiro: as Diretas Já, a eleição do Tancredo, o impeachment do Collor, o mensalão. Acho que a gente só tem melhorado.

O papel dos jornalistas foi mais relevante no impeachment de Fernando Collor ou agora?

No impeachment do Collor, a gente trabalhou também como investigadores, tinha mais espaço. Muitas das decisões passaram pela CPI, não pelo Ministério Público, que também estava atuando. Hoje somos mais relatores, contadores das histórias que as investigações oficiais fazem, a gente não investiga tanto. Até porque eles estão sempre um, dois ou três passos na nossa frente. No impeachment do Collor, a gente estava do lado, ajudava na investigação.

Comenta-se que hoje os repórteres estão muito dependentes de vazamentos.

Há uma diferença entre vazamento e divulgação. Há alguns vazamentos, sim, mas a maioria das informações publicadas por nós sobre a Lava-Jato foi de divulgações oficiais de delações. O juiz fecha o processo, põe no site e informa a imprensa. Aí é uma questão de agilidade. Houve vazamentos importantes, que mudaram o rumo, mas aí é do jogo jornalístico. E às vezes o repórter foi lá e conseguiu a informação.

Na avaliação de Seleme, a imprensa de investigativa torna-se relatora. Tais escolhas editoriais e de condução do negócio merecem ser investigadas com mais profundidade. Em relação à cobertura jornalística no período do impeachment de Collor, Neto (1995) detalha como o campo mediático agiu ativamente na produção e condução dos acontecimentos. Para o autor, a televisão, em especial, foi responsável por construir antecipadamente o impeachment do presidente Collor por meio das estratégias discursivas dos telejornais. Isso aconteceu por conta da “capacidade dos enunciadores em predicarem os acontecimentos, dando-lhes um rumo e, ao mesmo tempo, apontando-lhe virtuais desenlaces” (Neto: 1995, pg: 49).

Em relação à atuação da mídia impressa no impeachment de Collor, Neto (1994) aponta o espaço editorial como um lugar de funcionamento do discurso antecipatório por excelência. O autor chama atenção para o

conjunto de operações discursivas, de caráter argumentativo, com que o discurso jornalístico produziu uma série de envios e receitas ao espaço parlamentar, instruindo-o sobre a temporalidade e as regras de construção do impeachment. São regras que apenas não se formalizam no chamado espaço informativo. Também a instância institucional jornalística toma formato discursivo – o editorial – estruturando-se a partir de várias vozes produtoras e articuladoras de sentido. (Neto: 1994, pg. 159)

O espaço opinativo, assinala o autor, funciona com um contrato de leitura distinto. O campo opinativo não é apenas um lugar exclusivo produtor de opinião. É neste espaço que se opera “maneiras de se conhecer e tomar partido sobre o

sentido proposto” (Neto: 1994, p. 162). O autor centra a sua análise nos editoriais dos jornais, mas podemos aplicar este entendimento ao espaço assinado pelos colunistas. Ao fazerem comentários e apresentarem suas análises, os colunistas amarram o conteúdo e asseguram o enredo ao leitor, construindo uma narrativa. As palavras-chaves, que orientaram essa pesquisa, funcionam como elos unificadores, tentando entender como se estabelece a relação entre diferentes atores e processos. Percebe-se que, em ambos os casos (Collor e Rouseff), o impeachment aparece discursivamente como uma questão quase certa em virtude das denúncias de corrupção.

Ao analisar o papel da imprensa na ascensão e queda do presidente Collor, Lattman-Weltman (1994) conclui como tarefa urgente, para a época, realizar uma “reavaliação dos parâmetros e premissas” que orientam a cobertura jornalística e a análise dos acontecimentos políticos do país em virtude da posição privilegiada dos veículos de comunicação como “ator legitimamente interessado, influente e co-responsável pela vida pública” (Lattman-Weltman: 1994, pg. 114). Hoje, anos depois e diante um cenário de variáveis distintas capazes de resultar igualmente em um processo de impeachment, seguimos na necessidade de entender melhor os parâmetros e premissas desta grande mídia, em especial, na articulação desta narrativa moralizante contra a corrupção que não discute os fatos com profundidade. Segue apenas preocupada em apontar culpados.

A coleta de dados, realizada até o momento para investigar (se e como) pode-se relacionar a presença de empreiteiras nos escândalos de corrupção que desencadeiam processos de impeachment, indica algumas questões e caminhos de pesquisa. Por um lado, é preciso avançar na avaliação qualitativa das matérias, em especial no jornal O Estado de S. Paulo, com o objetivo de identificar eventuais similaridades e diferenças nas abordagens e angulações. Por outro, é preciso entender melhor como profissionais que participaram dessas coberturas avaliam suas respectivas atuações e seus pares, considerando uma reflexão mais profunda sobre o papel da imprensa em uma democracia. Cabe ao jornalismo a função de relatoria ou investigativa? E, se for investigativa, em quais bases se estabelece este

jornalismo investigativo. É a partir deste conjunto de dados que se pautam as reflexões teóricas do tópico a seguir.

3. Conexões entre corrupção, escândalo e impeachment

De 1990 até 2016, o enredo segue similar: empreiteiras financiam políticos e partidos para obter vantagens em obras e contratos públicos. Mesmo com formas de atuação mais sofisticadas, conforme alardeia o noticiário, as redes de corrupção operadas por agentes privados seguiram poderosas nas engrenagens do sistema político e com cifras financeiras oriundas da corrupção cada vez mais vultosas. Percebe-se continuidades de práticas. As empresas agiam nos bastidores da cena política enquanto as notícias veiculadas na imprensa sobre elas divulgavam o crescimento de seus negócios e a importância do desenvolvimento deste setor para o fortalecimento do capital nacional.

Fernando Filgueiras (2008) assinala que a corrupção é um fato endógeno da política, marcada por momentos de crises de legitimação nos quais os atores qualificam a ordem política como corrompida. A compreensão do significado de corrupção deve ocorrer a partir da apreensão de juízos emitidos pelos atores que adotam diferentes modulações morais. Em outras palavras, a corrupção se expressa no plano do discurso político empregado pelos atores em interação, sendo este discurso plástico e flexível, conforme valores e normas pressupostos. A desocultação da corrupção é realizada por uma comunidade de intérpretes da corrupção dentre os quais estão a própria esfera de representação política (partidos e demais instituições políticas), a opinião pública influenciada pela mídia e pelo Direito e seus procedimentos (Filgueiras, 2008, p. 169). Segundo o autor, a corrupção “não implica a elaboração da responsabilidade, mas de uma lógica assentada no escândalo e esquecimento coletivo”. É neste sentido que devemos avançar comparativamente nas reflexões sobre o papel e as articulações narrativas produzidas pela mídia nos episódios de impeachment de 1992 e 2016. É justamente entender o “esquecimento” da imprensa sobre as práticas escusas de tais empresas.

Diante de tal cenário, toma-se como questão de análise aprofundar o entendimento de como se comporta a mídia neste jogo de interesses. Qual o papel que os dirigentes da imprensa atribuem si, como se comportam seus agentes, como se relacionam com outros atores, como avaliam as opções de enquadramento de suas notícias e como percebem suas influências junto à opinião pública. Player ativo no jogo político ou caixa de ressonância da vontade das ruas?

De acordo com John B. Thompson (2002), a mídia é o ator central na articulação do escândalo político. Ainda que a “*sensibilidade ao escândalo*” varie de acordo com os valores e normas morais e culturais de determinado contexto sócio-histórico, entender a dinâmica do escândalo é compreendê-lo como um acontecimento capaz de afetar as fontes de poder em virtude de seu potencial devastador na reputação e no índice de confiança de pessoas e instituições. Neste sentido, o escândalo pode ser compreendido como lutas pelo poder simbólico que acontecem predominantemente no espaço público.

Apesar de o escândalo estar muitas vezes associado à corrupção, suborno e nepotismo, o autor se preocupa em destacar que são fenômenos diferentes e as relações entre eles são complexas e contingentes. A corrupção só se torna um escândalo quando: (a) se torna pública; (b) se configura um alto grau de censura moral e sensibilidade em relação ao delito cometido e (c) se articula um discurso infamante pois conforme destaca o autor: “*uma revelação de atividades corruptas que não provoque resposta, não provoque uma condenação articulada ou reprovação, não dará origem a escândalo*” (Thompson, 2002, pg. 58). Ou seja, a reprovação do ato de corrupção deve ter força suficiente para adquirir ressonância e conseguir desencadear um escândalo. É justamente por propiciar oportunidades para que as pessoas reflitam sobre considerações éticas e políticas que o escândalo se configura como uma espécie de fábula da moralidade moderna. O escândalo torna-se uma experiência midiática cuja percepção é condicionada pela maneira diferenciada de recepção.

Enquanto lutas pelo poder simbólico travadas no espaço público, os escândalos se constituem, assinala Thompson, por ações e atos de falas de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam construindo uma

narrativa na qual os atributos em jogo são a reputação e a confiança. Estas não são necessariamente destruídas ou totalmente enfraquecidas, mas os escândalos têm capacidade de esvaziá-las em diferentes graus, corroendo as relações de confiança que configuram o campo político. Avaliar o impacto reputacional do escândalo depende do conjunto de características dentro das quais os mesmos acontecem. Em síntese, Thompson conclui que o escândalo se tornou uma característica da vida social e política, sobretudo, pela transformação da natureza do espaço público e dos limites entre as esferas pública e privada. O desenvolvimento de formas midiáticas de comunicação que levou os atores políticos a agirem dentro de um ambiente informacional que é mais intenso, extenso e de difícil controle (Thompson, 2002, pg. 313). Analisar o escândalo como fenômeno, portanto, torna-se uma tarefa complexa em função de seu componente contingencial. Afinal, a sua ocorrência depende do contexto e de um conjunto específico de circunstâncias.

A análise de Wilson Gomes (2004) sobre as transformações da política na era da comunicação de massa apresenta subsídios para a compressão do campo de visibilidade. O campo jornalístico controla a esfera de visibilidade pública ao passo que o político produz fatos e mensagens capazes de superar filtros selecionadores para chegar à esfera midiática de visibilidade. A opinião pública passa a ser opinião pública produzida profissionalmente através de fluxos de comunicação destinados à audiência e, portanto, formada longe da discussão de públicos de cidadãos. A política, segundo o autor, teria se apropriado dos recursos do campo da Comunicação para agir na esfera midiática.

De acordo com Gomes, há uma política em cena que chega ao público, objeto das práticas de política midiática. Nas ações tomadas publicamente há sempre embutido um cálculo de custo e benefício que fundamenta as negociações (e formas de composição de poder no interior do jogo de forças políticas), levando em consideração os “fatores de publicidade” junto à esfera civil e à esfera de visibilidade pública. O autor sugere que o exame da relação entre os domínios da política, da comunicação e dos negócios privados tem fortes conexões com outros âmbitos da sociedade. E, diante disso, política, comunicação de massa e a esfera dos interesses econômicos convivem, sob tensão, apesar de acomodadas como forças

ao redor da política midiática. No jogo da imagem pública, construção, tratamento, gerenciamento, exposição e circulação das imagens públicas fazem parte de um contexto em que a imposição da imagem se encontra em um ambiente extremamente competitivo e de alta disputa. Criar uma imagem não é apenas construir uma imagem, mas organizar os materiais de tal arte que o público a produza.

A produção de imagem depende de um trânsito complexo e com muitos interventores. Essa rede sofisticada visa configurar opiniões e disposições afetivas a respeito de determinados sujeitos, inclusive do presidente. O escândalo político é uma das variáveis centrais adotadas pelo cientista político Aníbal Pérez-Linán para entender o fenômeno do impeachment como o novo padrão de instabilidade política na América Latina, a expressão institucional de uma tendência na qual não ocorre uma ruptura efetiva no regime democrático, mas se mantém um alto grau de insegurança para os presidentes. O escândalo político figura ao lado de crise econômica, indignação popular/manifestações e falta de apoio legislativo como fatores capazes de desencadear um processo de impeachment ou de afastamento presidencial. De acordo com o autor, após a redemocratização e sem poder invocar intervenção militar, as elites civis se veem forçadas a encontrar mecanismos constitucionais para resolver suas disputas. Uma das questões que se coloca a respeito deste argumento é como (ou em que grau) as elites econômicas, representadas pelas grandes empreiteiras, são expostas no centro da crise.

Conforme destaca Linán, há uma complexa configuração de atores políticos em disputa. São forças institucionais e partidárias que determinam o destino de um presidente. Escândalos, divulgados pela imprensa, por exemplo, podem desencadear protestos populares, mas não serem suficientes para derrubar um presidente. Os escândalos se tornam relevantes para o desdobramento de um processo de impeachment quando envolvem e comprometem diretamente o presidente, membros do gabinete ou ministério, família ou pessoas próximas do executivo. No caso de Collor, as denúncias do irmão Pedro Collor acerca do esquema PC Farias. No caso de Dilma, as acusações de corrupção atribuídas aos principais representantes políticos do PT, partido da presidente.

Ao avaliar o trabalho da imprensa na região, Liñan aponta que o desenvolvimento e a sofisticação do noticiário de TV pressionaram os veículos impressos a abandonar fórmulas institucionalizadas baseadas em fontes oficiais, passando a buscar um caráter mais analítico. Tal cenário teria garantido à mídia mais poder para investigar e denunciar novas histórias. No entanto, os jornalistas passaram a perseguir o escândalo como um fim em si mesmo e o jornalismo investigativo, frequentemente, tem sido confundido com o denunciismo e a publicação de acusações infundadas.

De acordo com Liñan, a competição de mercado deu às grandes corporações de mídia incentivos para se tornarem autônomas do governo, pois manter uma postura agressiva contra o governo contribui para construir prestígio e reconhecimento por meio do acirramento da competição por leitores e audiência. A disputa por talentos também incentivaria os profissionais a perseguir cada vez mais histórias novas e baseadas nos valores de independência e autonomia profissional. Por fim (e paradoxalmente), uma outra razão para manterem uma postura agressiva em relação aos governos é a concorrência dos grandes grupos por favores políticos. Corporações de mídia precisam assegurar sua parcela de regalias oficiais. Portanto, o poder de desencadear um escândalo se torna uma das principais forças que as corporações de mídia colocam em cena em suas negociações com os governos. A força financeira dá aos conglomerados de mídia a capacidade de enfrentar o governo por meio da denúncia de escândalos de corrupção enquanto a dinâmica da democratização e da concorrência no mercado dá o incentivo necessário para fazê-lo. E, como assinala Liñan, embora a imprensa tenha desempenhado um papel crítico em relação à responsabilidade e prestação de contas dos governos, a mesma está longe de ser uma instituição transparente. É, neste aspecto, que este paper se propõe a pensar a relação dos grandes grupos de imprensa com as elites empresariais.

Da mesma forma que cabe pensar o uso estratégico de escândalos por políticos, cabe questionar o comportamento estratégico semelhante por parte da mídia. Segundo Liñan, os editores se mostram mais dispostos a publicar denúncias contra o presidente quando este enfrenta baixa popularidade e está fraco

politicamente. Editores e produtores estariam mais dispostos a perseguir reportagens investigativas e denunciar escândalos de corrupção considerando a insatisfação de suas audiências com o governo. Assim, a distribuição de escândalos durante o ciclo de vida de uma administração, mais do que demonstrar a evolução de irregularidades, sinalizaria a mudança de percepção da força presidencial perante as fontes que divulgam informações e os meios de comunicação que produzem as notícias. Liñan reforça que escândalos isolados não são capazes de suscitar crises perante a opinião pública. É preciso que as exposições midiáticas se acumulem ao longo do tempo, corroendo a reputação do presidente. O tempo e a frequência dos escândalos não são produtos do acaso. Uma administração fraca encoraja vazamentos e investigações.

Por fim, cabe retomar as considerações de Aldé e Vasconcellos sobre o escândalo e o papel da mídia. Os autores questionam se a imprensa conduz ou é conduzida pelo escândalo, sendo “instrumentalizada pelas estratégias de comunicação oportunistas dos políticos” (Aldé; Vasconcellos: 2008, 63). Para os autores, há uma relação de cooperação entre esses dois campos à medida em que a imprensa precisa lidar com a urgência produtiva do noticiário enquanto os atores políticos concorrem para atender esta demanda. É uma dependência mútua. A mídia recorre aos escândalos como forma de atrair a atenção da audiência e de reafirmação da sua importância político-social. Os atores políticos, por sua vez, acionam a imprensa com o objetivo de construir percepções. Neste ambiente, a luta dos atores políticos por oportunidades de visibilidade se amplia em virtude da cobertura *mais “focada na responsabilização de pessoas que na discussão de problemas estruturais da prática política, como o financiamento das campanhas”* (Aldé, A. Vasconcellos, F. 2008, pg. 62). A noticiabilidade do escândalo político aciona elementos espetaculares, personalistas e emocionais capazes de mobilizar as audiências.

4. Considerações finais

Em relação aos problemas estruturais da política, como o financiamento das campanhas, a análise dos resultados de pesquisa considerados neste paper indicou que as denúncias da imprensa contra grandes empresas e as notícias que as envolvem em corrupção funcionam como meios pelos quais é possível atingir os políticos e articular a narrativa do escândalo. Os favores políticos efetivamente obtidos e as relações com a máquina de financiamento não foram destaques na cobertura midiática em 1990 e 2010. A discussão mais aprofundada e analítica sobre atos ilícitos de agentes privados, ainda que sejam personagens recorrentes, não encontra espaço nas páginas dos jornais. Fazer a análise comparativa qualitativa com as matérias veiculadas no jornal O Estado de S.Paulo se torna fundamental para avaliar o comportamento da grande imprensa, considerando a recorrência dos personagens que representam os agentes privados deste enredo. Talvez, o debate sobre os agentes econômicos nas crises nem seja do interesse dos veículos de comunicação. É preciso, principalmente, entender os momentos de silêncio. Nos intervalos entre os impeachments, os esquemas de corrupção envolvendo as grandes empreiteiras não deixaram de existir, conforme indicam as delações premiadas. Embora a grande imprensa divulgue amplamente esses materiais, observa-se uma apresentação ainda superficial sobre a presença de tais atores. Entender as razões mais aprofundadas sobre isso só é possível por meio da análise das relações estabelecidas entre as elites que representam os interesses dos grupos de Comunicação bem como do empresariado nacional.

O crime de responsabilidade atribuído à presidente Dilma Rousseff não estava relacionado às investigações da operação Lava Jato. Foi punida pelas controversas “pedaladas fiscais”. Na narrativa midiática dos espaços opinativos, aqui analisados, observa-se o foco nas denúncias de corrupção da Lava Jato. O impeachment de Dilma Rousseff é mais um episódio que reforça a tese de Linñan sobre o impeachment como prova da instabilidade política latino-americana. Ainda que se alterem os personagens e até mesmo os motivos que ancoram o pedido de afastamento presidencial de Dilma Rousseff e Fernando Collor pelo Congresso, é

possível encontrar na narrativa do escândalo midiático similaridades no que tange ao enredo que movimenta a trama da corrupção. Nos bastidores, agora revelados, os executivos de grandes empresas oriundas do segmento de construção civil carregam mochilas e pastas para pagarem propinas aos políticos. As delações indicam que as relações entre empresários e políticos, muitas vezes, também é tensa.

Se, por um lado, em muitos momentos, a Odebrecht, por exemplo, sempre foi retratada como próxima a governos, passando por diferentes crises políticas e econômicas, por outro, em tantas outras ocasiões a empresa foi apontada pela imprensa pelo êxito na gestão dos negócios, tornando-se uma das maiores multinacionais brasileiras em atuação. A fórmula de sucesso empresarial da Andrade Gutierrez não é diferente.

Empresas oriundas do segmento de construção civil, a despeito de sucessivos escândalos de corrupção, articulam suas engenharias de imagem pública como se não fossem participantes ativas na configuração dos bastidores do poder. Mudam-se os atores e figuras políticas, mas se mantém os mesmos grupos econômicos como pivôs de crises institucionais pré e pós-impeachment. Tal “coincidência” não é sequer avaliada com seriedade pela imprensa. É neste cenário que precisamos entender melhor a relevância do jornalismo na sociedade democrática.

Gerir adequadamente a narrativa junto à opinião pública é central. As empresas devem minimizar danos à imagem desta exposição não requerida para garantir a permanência dos negócios no longo prazo e a sobrevivência das organizações. Mas com menos dependência que os políticos, que dependem de eleição. Ao passo que as empresas jornalísticas precisam manter, sobretudo, em escândalos longos, um permanente grau interesse para ter atenção de suas audiências. A mídia não cria a corrupção, mas estabelece um discurso sobre esta prática, fruto da investigação jornalística ou da prática do mero denunciamento. A mídia atribui também o lugar de fala e tem o poder de edição, podendo articular a narrativa final acerca de um determinado tema.

Pensar a relação entre as mídias e elites, em especial no que diz respeito às empreiteiras no Brasil, requer uma análise complexa e multi-variada. Não se trata apenas de um escândalo político. É todo um segmento econômico com profundas conexões políticas na berlinda da opinião pública e com profundas conexões no âmbito político. O conceito de oportunismo também ajuda a pensar a não lealdade da imprensa no jogo entre elites, vide o espanto da fala de Emílio Odebrecht sobre a “demagogia” dos veículos de comunicação. São relações ambíguas que exigem maior aprofundamento de pesquisa.

Referências

ALDE, A.; VASCONCELLOS, F. **Ao Vivo de Brasília: Escândalo Político, Oportunismo Midiático e Circulação de Notícias**. Revista de Ciências Sociais (Fortaleza) , v. 39, p. 61-69, 2008.

BRANDAO, Aline Lima. **Corrupção empresarial na Esfera de Visibilidade Pública: Análise da cobertura midiática de escândalos com empreiteiras**. ST 17 Mídia, Política e Eleições. 40º Encontro Anual da Anpocs. Anpocs: MG, 016

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Editora da UFF: 2014.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto.: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2008/

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, P. A. e CARNEIRO, J. A. D. **A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press. New York, 2007.

THOMPSON, John. **O Escândalo Político. Poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.